

O ENSINO DAS MATEMÁTICAS NO LICEU ALAGOANO (1930-1970): O CURRÍCULO E SEUS AGENTES

Edlene Cavalcanti Santos
Universidade Federal de Alagoas
edlenecavalcanti@hotmail.com

Mercedes Carvalho
Universidade Federal de Alagoas
mbettacs@uol.com.br

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar e analisar a trajetória da Matemática enquanto disciplina escolar ministrada no Liceu Alagoano, focalizando o currículo e seus agentes entre as décadas de 1930 a 1970. Para tanto, optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica, complementada pela metodologia histórico-documental, viabilizada por meio de entrevistas feitas com diversos agentes que participaram dessa história, e visa discutir as seguintes questões: De que forma a matemática era vivenciada no Liceu alagoano no período estudado nesta escola? Para quais conhecimentos os alunos eram preparados? Quais conteúdos eram determinantes para o ensino e a aprendizagem da matemática daquela época? Qual a sua história e o compromisso social que aquela matemática esboçava? O que dizem os sujeitos que participaram desse currículo, como aprendiam? A escolha do Liceu Alagoano se deu pelo fato de sabermos ter sido esta uma escola de referência desde o período Imperial e, portanto, espaço de formação de professores de matemática até que fosse criado o curso superior da referida área na Universidade Federal de Alagoas, o que só ocorre no ano de 1974. Para a fundamentação e desenvolvimento deste trabalho, inicialmente, será utilizado o seguinte referencial teórico: Bittencourt (2005), Chartier (1990), Chervel (1990), Valente (1999) e Tardif (2000).

Palavras-chave: História da Educação Matemática; Liceu Alagoano; Currículo; Ensino e Aprendizagem da Matemática.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva preencher parte da lacuna existente na historiografia da Educação Matemática no contexto alagoano, uma vez que, de acordo com Zuin (2007), no que se refere à história das disciplinas e aos conteúdos escolares relacionados à Matemática, falta uma maior investigação em “[...] relação às matemáticas, ou seja, sobre Aritmética, Geometria e Desenho no Curso Secundário uma vez que os estudos são restritos ou inexistentes, dependendo do campo” (ZUIN, 2007, p. 8).

Para que possamos alcançar o objetivo traçado nesta pesquisa serão necessários estudos sobre a história dos conteúdos matemáticos escolares de Aritmética e Geometria. Dessa forma, segundo André Chervel(1990), a realidade pedagógica não se limita aos textos oficiais, pois analisar apenas o programa oficial é fazer uma história das políticas educacionais e não uma história das disciplinas

escolares. Daí a importância das fontes que geralmente se encontram nos arquivos escolares: grade curricular, regimentos internos, documentação da vida estudantil, livros, manuais e outros meios didáticos, além dos programas de estudo e do currículo.

Nessa perspectiva apontada por Chervel(1990), descreveremos e analisaremos elementos históricos e culturais do ensino de Aritmética e Geometria no contexto do Liceu Alagoano, no período de 1930 a 1970. Para isso valemo-nos de instrumentos propostos por historiadores que ajudarão a constituir a história desse ensino em Alagoas, a partir de fontes primárias como: Regulamentos, Regimentos, Relatórios de Governadores do Estado, Decretos, Leis, o Currículo, entre outros. Além disso, não devemos levar em conta apenas os documentos aos quais temos acesso, pois o que torna interessante a escrita da história não são simplesmente os elementos que a compõem, mas a forma como a problematizamos. Por esse motivo, mesmo que o foco principal seja o ensino de Aritmética e Geometria, entendemos que se faz pertinente o estudo das matemáticas escolares, tanto do ensino secundário como do currículo prescrito e do praticado, que contribuíram para a formação do curso secundário.

Nossa intenção se concentra em estabelecer relações entre as orientações oficiais de Alagoas e as apropriações dos agentes escolares, bem como com questões políticas e sociais – locais e federais – que predominavam em cada época. Assim, esta pesquisa tem como objetivo analisar e investigar a trajetória da Aritmética e da Geometria enquanto disciplinas escolares ministradas no Liceu Alagoano, focalizando o currículo e seus agentes. Para início, quanto à história do Liceu Alagoano muito nos ajudarão os estudos realizados sobre a referida instituição encontrados na Dissertação de Mestrado de Ivanildo Gomes dos Santos, na UFAL (2012).

Um pouco dessa história...

Quando de sua criação, em 1817, a então capitania das Alagoas não contava com um estabelecimento voltado para o ensino de humanidades que desse conta de formar o corpo dirigente da sociedade. A precariedade e a desvalorização das aulas isoladas, espalhadas pelo território alagoano, levavam boa parte das elites regionais a buscar sua formação em outras províncias. Nesse sentido, a fundação do Liceu

Alagoano, inicialmente chamado de Lyceu Provincial, foi um marco na legalização, estruturação e organização do ensino público secundário na província das Alagoas. Dessa forma, a instituição tornou-se uma das principais unidades de ensino secundário da província no período imperial e no início da República (DUARTE, 1963).

Para atingirmos o objetivo proposto lançaremos mão de fontes históricas tais como leis, legislação e regulamentos, falas e relatórios dos Governadores de Estado, Secretários de Educação, dentre outros agentes, incluindo-se professores e alunos, mapas de aulas e periódicos. Para a construção do presente estudo será de grande valia a obra História do Liceu Alagoano (Desde a sua criação até o ano de 1970), publicada no ano de 1961 pelo médico e historiador alagoano Abelardo Duarte. O livro nos fornece um registro valioso do centenário da instituição, em especial por nos informar sobre os docentes e suas respectivas cadeiras ministradas. Além desses referenciais os estudos desenvolvidos por Geraldo Bastos Silva (1959), Maria de Lourdes Mariotto Haidar (1972), Craveiro Costa (1931) e Élcio de Gusmão Verçosa (2006) nos ajudarão na compreensão de como se configurou o ensino secundário e as suas influências para a criação do Liceu no período delimitado para esta investigação, conforme Tese de Doutorado de Ivanildo Santos (2012), já citado.

2 O ensino secundário antes da criação da instituição liceal

Até a sua emancipação política, Alagoas contava apenas com dois conventos franciscanos, criados ainda no século XVIII, sendo um em Penedo e outro na Cidade das Alagoas, nos quais se produziam a cultura letrada. Conforme Santos (2007, p. 109), “[...] os conventos abrigaram escolas de gramática, onde os estudantes aprendiam o suficiente para ingressar na própria Ordem Franciscana ou para dar continuidade aos estudos em outros centros, como Olinda e Salvador, ou mesmo na Europa”.

Com a criação da capitania, houve um novo impulso, porém sem grande alcance, com o estabelecimento de mais duas cadeiras, Filosofia e Geometria, na instituição da capital. Esta ganhou mais quatro cadeiras em 1829, quando criadas às

aulas de Francês, Retórica, Filosofia e Geometria (VERÇOSA, 2006). Na fala dirigida aos legisladores, em 1835, o então Presidente da província, Jozé Joaquim Machado d'Oliveira, recomendou a criação de um liceu para o desenvolvimento do ensino secundário na província. Efetivamente foram criadas duas cadeiras de instrução secundária em Penedo, sendo uma de Filosofia e outra de Francês.

Com essas novas cadeiras a província passou a contar com dez cadeiras de ensino secundário, sendo: 5 aulas de Latim, 2 de Francês, 1 de Retórica, 1 de Filosofia e 1 de Aritmética (COSTA, 1931). Não é demais lembrar que a Faculdade de Direito de Olinda (1827) e a de Medicina da Bahia (1832) já haviam sido criadas, por isso “[...] já se fazia necessário preparar os filhos de senhores da terra, criando as condições culturais para se assumir os postos de comando [...]” (VERÇOSA, 2006, p. 66). Dessa forma, em detrimento do caráter formativo, assumia o ensino secundário alagoano a sua feição preparatória, característica daquela modalidade de ensino em todo o Império, conforme atestam Silva (1959), Haidar (1972) e Azevedo (1976).

Neste sentido, o ensino secundário tinha a função de formar os grupos mais abastados, além de fornecer mão de obra preparada para as funções públicas da província. Ou seja, era necessário formar “individualidades condutoras” e líderes, que administrassem a máquina administrativa provincial. Assim, o ensino secundário tinha a finalidade de oferecer uma preparação “básica” para as posições sociais de liderança.

A partir de 1846 começa a ferver com mais força a ideia de criação de um liceu na capital com a centralização de todas as cadeiras de ensino secundário existentes na província. A instituição que seria criada sob a fiscalização do Conselho Permanente de Instrução Pública, favoreceria o controle desse tipo de ensino, além de contribuir para o melhoramento da instrução através do:

[...] contacto dos alunos que frequentarem diferentes disciplinas; a emulação que deve ressentir-se entre publicidade do ensino, tendo os Lentes de dar suas lições aos olhos de todos; e uma fiscalização mais ativa e imediata, todas estas circunstâncias, auxiliando se, hão de dar em resultado melhor aproveitamento dos Discípulos e professores assíduos e aplicados (Fala de José Bento da Cunha Figueiredo, 1846).

Nos anos seguintes, vários foram os manifestos em favor da criação do Liceu Provincial, instituição que, segundo João Capistrano Bandeira de Mello, Presidente da província em 1848, serviria às elites alagoanas em seu desenvolvimento intelectual e cultural em “marcha à civilização”, sendo essa classe dirigente a “propagadora e esclarecedora das verdades máximas, das Leis do Estado, das regras morais e religiosas”, (ALAGOAS, 1848, p.8).

A trajetória do ensino secundário na província das Alagoas configurou-se até 1849 em aulas isoladas. A existência destas, por vezes, não conseguia atingir os objetivos propostos para esse tipo de ensino, qual seja: formar as elites locais para o aparelhamento do estado que aos poucos se desenhava. Dispersas e sem fiscalização, as cadeiras isoladas representavam um modelo de ensino ultrapassado, que não condizia mais com as demandas da nova sociedade e dos tempos modernos.

Sendo assim, visando melhorar a instrução pública secundária, os legisladores aprovaram o projeto de fundação do Liceu Alagoano. Este estabelecimento, que em muitas províncias já funcionava plenamente, era reclamado nas Alagoas desde a primeira legislatura, em 1835. Outros projetos vieram à tona, porém as divergências políticas envolvendo a nova e a antiga capital da província contribuiu para o retardamento da iniciativa.

2.1 O ensino secundário após a criação do Liceu Alagoano, um pouco mais de sua história

Com a sua criação, em 1849, o Liceu de Maceió incorporou todas as aulas secundárias existentes na capital e começou a funcionar com 8 cadeiras centralizadas. As que já estavam providas permaneceram com seus lentes, à exceção do professor de Latim, Reverendo Satirio José Barboza, que foi removido para a cadeira da Cidade das Alagoas, sendo substituído pelo lente daquela, lago Francisco Pinheiro. As novas aulas criadas seriam providas por professores nomeados pelo presidente da província. Os ordenados dos professores eram constituídos de 600\$000, acrescidos de uma gratificação de 200\$000. Após quatro anos de exercício, eles passavam a ser vitalícios (SANTOS, 2012, p. 68).

Situado inicialmente no Prédio Nacional na Rua da Praça da Matriz, em Maceió, atual praça D. Pedro II, o Liceu Alagoano contou com uma congregação composta por professores de grande prestígio e vasta ilustração na sociedade alagoana. As cadeiras e seus respectivos ocupantes no ano de sua abertura foram: Gramática Nacional e Análise dos Clássicos Portugueses, Francisco José da Silva Porto; Gramática Latina, Iago Francisco Pinheiro; Gramática Francesa, José Severiano de Mello; Gramática Inglesa, José Alexandrino Dias Moura; Aritmética, Álgebra e Geometria, Francisco Elias Pereira; Geografia, Cronologia e História, Roberto Calheiros de Mello; Retórica e Poética, Fernando Affonso de Mello, que foi o primeiro diretor; Filosofia Racional e Moral, Inácio Hipólito Gracindo (DUARTE, 1963).

Símbolo da ilustração do saber, o Liceu Alagoano contava com um corpo docente formado por muitos sacerdotes, médicos e bacharéis em Direito, que ocupavam ao mesmo tempo outras posições de destaque, especialmente na política e no jornalismo. Posteriormente, figuraram entre os lentes da instituição engenheiros, químicos, farmacêuticos, dentistas, dentre outros (DUARTE, 1963).

Segundo o Estatuto da Congregação do Lyceu da Província das Alagoas, de 1849, para matricular-se na instituição seria necessário que o aluno pagasse a quantia de 6\$400,00 anuais, sendo responsabilizado o professor que admitisse a frequência de qualquer estudante inadimplente (Art. 9º). A cobrança dessa taxa foi considerada uma das causas do baixo número de matrículas no Liceu Alagoano. Em 1851, por exemplo, somente 64 alunos fizeram inscrição na instituição, sendo apenas 7 o número de aprovados plenamente no final do ano. Entretanto, a respeito da solicitação de diminuição ou suspensão do pagamento, o então Presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo, afirmava que ela deveria “[...] ser conservada, senão argumentada; porque o estudante que não puder pagar 6.400 reis por ano em favor de sua educação secundária, deve procurar outra carreira, que melhor se acomode às suas circunstâncias peculiares” (ALAGOAS, Falla, 1851, p.12). Devido às dificuldades encontradas nesse primeiro momento para o acesso aos arquivos do Liceu Alagoano, hoje Escola Professor Edmilson Vasconcelos Pontes, buscamos essas informações em Santos (2012).

Em 17 de maio de 1835, o deputado Silvestre Domingues da Silva defendeu na Assembleia Legislativa Provincial um projeto para a fundação de um liceu em Alagoas, mas a proposta não vingou. A transferência da capital da província para Maceió contribuiu, mais uma vez, para retardar a iniciativa. Enfim, a Lei Provincial n.

106, de 05 de maio de 1849, sancionada pelo presidente da província, Cel. Antônio Nunes de Aguiar, assim determinava:

Artigo 1º. Criar-se-ha nesta capital um lyceu composto das cadeiras seguintes: - grammatica nacional e analyse dos clássicos portuguezes, - grammatica latina, - grammatica franceza, - grammatica ingleza, - arithmetica, algebra e geometria, - geographia, chronologia e historia, - rhetorica epoeica, - philosophia racional e moral. (ALAGOAS, Lei Provincial nº 106, de 5 de maio de 1849)

O Liceu Provincial foi criado na cidade de Maceió, centralizando o ensino público secundário. A sua instalação se deu em um prédio antigo, na Praça da Matriz, em logradouro onde teve início a atual cidade de Maceió, já no governo de José Bento da Cunha Figueiredo (DUARTE, 1963).

Inicialmente o Liceu Alagoano era chamado de Liceu Provincial de Alagoas, e foi um marco da época no ensino secundário na província de Alagoas, tornando-se uma das principais instituições de instrução pública da província. O Liceu era um lugar de preparação da elite para cursos superiores, e era frequentado pela nata da sociedade aristocrata alagoana, prezava pela seleção dos mestres e professores que ali atuavam como mostra Santos (2012, p. 69), ao afirmar que: “partir da exposição do art. 28º do estatuto do Liceu Alagoano, observamos que a expectativa em relação ao professor era que fosse capaz de disciplinar os alunos a partir das crenças morais da religião e da sociedade. Sem tratar da independência intelectual do aluno, o artigo da referida lei enaltece os sentimentos religiosos, o amor à pátria e a obediência às leis e as autoridades”.

As aulas começaram em julho de 1849. Seu primeiro diretor foi José Próspero Jeová da Silva Coroatá e seu sucessor, José Correia da Silva Tirara (1853-1860). Os primeiros anos de funcionamento não foram tranquilos por motivos diversos, ficando em destaque a indisciplina escolar atribuída ora ao excessivo rigor por aplicação do estatuto do Liceu, que tinha que ser cumprido com rigor; ora à incompreensão dos rapazes que abusariam do regime novo de liberdade escolar que jamais haviam usufruído; ora às falhas do ensino, ou da administração (DUARTE, 1961, p. 37), o que culminou com o fechamento do Liceu, por meio da Lei n. 370, de quatro de julho de 1861. Também como causas de sua extinção, o fator evasão (as faculdades não reconheciam os exames prestados nos liceus

provinciais), crise financeira que subjugava a província, a concorrência entre Colégios particulares e o instituto oficial e, principalmente, a má política educacional que alimentou a ideia de extinguir um estabelecimento de ensino secundário, tipo externato, para fundar outro, nos mesmos moldes, mas com feição de internato. O Liceu ficou em atividade por doze anos e passou dois anos fechado¹

No governo de João Marcelino de Souza Gonzaga seu restabelecimento foi decretado pela Resolução Provincial n. 395, de 16 de novembro de 1863. No ano seguinte, foram baixadas as instruções para o seu funcionamento por meio da Deliberação da Presidência n. 12, de 23 de janeiro de 1864. As aulas foram reiniciadas em 1º de fevereiro do mesmo ano e, sem interrupção, prosseguem até hoje. O Liceu foi reaberto com a missão de formar intelectualmente o educando, que eram orientados pelos nomes mais conceituados do magistério. Ao longo do tempo, passou a oferecer os cursos de Ciências e Letras, Agrimensura, Normal, Comercial, Complementar e Noturno, (DUARTE, 1961).

Durante toda a sua existência, o Liceu foi transferido de domicílio por várias vezes. Em 1873, mudou-se para uma casa térrea de aluguel, situada na Rua da Imperatriz, número 18, e ali ficou até o ano de 1877. No ano seguinte, transferiu-se para o prédio onde funcionava o Quartel de Polícia (atual Praça Visconde Sinimbu); em 1898, para um palacete situado na Rua do Livramento (atual Senador Mendonça), edificação posteriormente adquirida, por compra, dando ao Liceu morada própria, embora não definitiva. No início dos anos 1960, passou para um prédio na Rua Barão de Maceió; e, atualmente, se encontra na Rua Cônego Machado, no bairro do Farol, Maceió²

Nessa peregrinação, o estabelecimento também mudou de nome. Foi instalado como Liceu Provincial das Alagoas (1849), depois foi denominado Liceu Alagoano, Liceu deste Estado, Liceu da Capital, Colégio Alagoano, Colégio Estadual de Alagoas, Colégio Estadual Prof. Afrânio Lages e Escola Professor Edmilson Vasconcelos Pontes, (DUARTE, 1961).

Fundada no Império, alcançou o período republicano e perdura, embora com outra denominação, o que entristece bastante aqueles que são conhecedores da sua história, pois não há como apagar uma determinada base da história da

¹Pelo Art. 8º, da Lei 370, de 4 de julho, sancionada pelo Presidente Antônio Alves de Souza Carvalho

²Fonte: Documental. Secretaria do Liceu, atualmente Escola Professor Edmilson Vasconcelos Pontes.

educação de Alagoas retirando seu nome e ocultando toda uma vida educacional e impedindo que sua história perdesse e que outras gerações possam vir a conhecer, pois assim cita (DUARTE, 1961, p. 27): “O legado foi, de fato, pequeno, mas fazendo a transmissão à República dessas instituições de ensino popular o Império não lhe podia ter dado melhor fruto do que o Liceu da capital”.

Cabia ao novo regime que se implantara dar ao antigo Liceu Provincial a necessária força para que pudesse desempenhar cabalmente a missão que herdara de “centro de ensino público”. O Liceu Alagoano teria de participar inelutavelmente, porém, de todas as vicissitudes decorrentes do meio e das épocas, vicissitudes que o acompanhariam pelos tempos afora, (DUARTE, 1961).

Dessa forma, articulamos o nosso objetivo com alguns fatos históricos que aconteceram nestes períodos, e outro exemplo da distorção mencionada anteriormente decorre da condição histórica do Brasil-Colônia. Aliás, somente em 1810 ocorreu o primeiro curso sistemático de Matemática, na Real Academia Militar do Rio de Janeiro, fundada por D. João VI. Na realidade, desde o século XIX, o estudo da matemática permaneceu associado às academias militares (por influência do positivismo europeu) e às escolas de engenharia; em ambos os casos, era evidente a ênfase nos aspectos informativos, conforme Projeto Político do Curso Licenciatura em Matemática-UFAL, 2006.

A partir de 1930, o cenário começa a mudar com o surgimento das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras; por exemplo, a Universidade de São Paulo (USP) foi criada em 1933 e a Universidade do Brasil, em 1939. Além disso, também nessa época começam a surgir os primeiros núcleos de pesquisa sistemática em Matemática; inúmeros convênios com professores visitantes (da Europa, em maior número), permitiram, nessa época, estabelecer grupos de pesquisadores no Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Paraná e Minas Gerais. A criação do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) sob os auspícios do CNPq, em 1952, representou um grande avanço qualitativo na pesquisa brasileira, formando pesquisadores e promovendo a integração com outras áreas do conhecimento. Por outro lado, a partir da década de 1960 são implantados os programas de pós-graduação em Matemática, os quais, atualmente, têm reconhecimento internacional, de acordo com o PPC – Licenciatura em Matemática, UFAL, 2006. Vale salientar

que, embora não seja nosso foco, abordaremos a seguir um pouco da trajetória desta disciplina no ensino superior em Alagoas.

Na Universidade Federal de Alagoas, a trajetória das disciplinas de conteúdo matemático não foi muito diferente da que predominou nas demais universidades brasileiras. De acordo com o PPC da Licenciatura de Matemática da UFAL (2001), apenas na década de 1970, com a redefinição da estrutura administrativa em Centros e Departamentos, a criação dos Departamentos de Matemática Básica e Aplicada permitiu orientar e fixar os conteúdos de todas as disciplinas de caráter matemático. Foram autorizados, por exemplo, os Cursos de Licenciatura em Ciências (habilitações Matemática, Física, Química e Biologia), com parâmetros definidos pela Resolução No 30/74, de 11.07.74, do Conselho Federal de Educação, que define o Curso de Licenciatura em Matemática visando, de maneira mais ampla, à formação do professor de matemática e, sobretudo, do educador em matemática, apresentando o funcionamento da Licenciatura em Matemática com dois currículos, um de 1993, conforme parecer 295/62, de 14.11.62, do Conselho Federal de Educação, que dá ênfase às disciplinas de conteúdo especificamente relacionado à Matemática, e outro que entra em vigor a partir de 2006, conforme resolução nº 25/2005 CEPE/UFAL, que enfatiza a formação do professor de Matemática em sintonia com as exigências que a sociedade atual faz a tais profissionais.

Para a fundamentação e desenvolvimento deste trabalho, inicialmente, serão utilizados documentos oficiais referentes à organização do currículo adotado para o ensino da matemática e seus agentes nas décadas (1930-1970), que estarão nos auxiliando na pesquisa, bem como na formação docente, pelo que precisamos identificar. Os conceitos que auxiliarão nosso trabalho encontram-se no sentido proposto por De Certeau(2008). Trata-se de instrumentos teóricos com os quais analisaremos os traços históricos do ensino da Aritmética e da Geometria no contexto de Alagoas outrora. Tais conceitos foram enunciados por Michel de Certeau, no livro *A Invenção do Cotidiano*, em que o autor buscou compreender o que está por trás das relações estabelecidas entre instituições ligadas às práticas escolares.

Assim, nossa primeira intenção é analisar trabalhos que contribuirão para a realização da pesquisa; na segunda, descrevemos conceitos usados na análise

teórica, qual currículo atendia esta matemática vivenciada; na última parte, relataremos os procedimentos metodológicos empregados durante o desenvolvimento da pesquisa, para entendermos de que forma a Aritmética e a Geometria era vivenciada no Liceu Alagoano. Buscando responder a esta questão, lembramos que não existem fatos históricos construídos por si mesmos, eles são constituídos por historiadores a partir de um trabalho feito com as fontes. Com essa perspectiva, Valente, em seu artigo *A Matemática Escolar: Perspectivas Históricas*, pensa a história de qualquer ciência como inseparável dessa mesma ciência. Neste caso é pensar a História da Matemática como inseparável da Matemática, o que equivale a dizer que a própria Matemática configura o campo da História da Matemática. Nesse sentido, Chartier, (1990, p. 222), considera que a história da Educação Matemática é importante para entender os problemas do presente, de modo que uma geração possa transmitir a outra uma cultura determinada.

Após esse panorama geral, mostramos em que sentido nossa pesquisa avança nos estudos já realizados sobre a temática em questão. Nossas leituras serão voltadas também para o livro *Uma história da Matemática escolar no Brasil: 1730-1930*, originado da tese de doutorado de Wagner Rodrigues Valente (1999), que tem o cuidado de verificar o caminho que a escolarização no Brasil trilhou em duzentos anos, fazendo-o por meio de livros didáticos. A partir dos livros didáticos, Valente (1999) constituiu as trilhas que a Matemática escolar percorreu e estabeleceu qual é a organização de conteúdos destinados ao ensino elementar da Matemática no Brasil. O pesquisador afirma que alguns livros didáticos deixaram marcas na seqüência didática, na estrutura dos conteúdos e na organização da Matemática elementar escolar no Brasil, e o trabalho dele foi verificar quais foram esses livros didáticos. Valente (2008) aponta que os livros para o ensino da Matemática não se explicam por eles mesmos. Afirma ainda crer que, ao fazer pesquisas utilizando os livros como instrumentos para constituir os fatos históricos, é necessário pesquisar as origens do livro, o meio em que foi produzido, qual era o seu destino inicial, como e onde ele foi usado e o que aconteceu durante a sua utilização, dentre outros elementos que se devem verificar, conforme anota o autor.

Assim, tal pesquisa evidencia que os livros didáticos são fundamentais para se fazer um estudo sobre o ensino da Matemática em nível nacional, no entanto, é

preciso ficar atento porque somente os livros, por eles mesmos, não serão capazes de revelar as grandes constatações que Valente (1999) nos apresentou por meio de seu estudo; afinal, é indispensável fazer uma pesquisa atenta e minuciosa para obter resultados satisfatórios.

A pesquisa desenvolvida por Valente (1999) apresenta grande proximidade com a nossa por tentar revelar e entender o ensino de uma disciplina da Matemática, assim como as influências que esse ensino revelava para o contexto da época, indicado como um dos elementos fundamentais para que possamos descobrir o caminho que a disciplina foi construindo no ensino de determinada região, especialmente aqui em Alagoas.

Tal pesquisa nos oportunizará identificar como os trabalhos que estão inseridos na História da Educação Matemática de Alagoas vêm sendo desenvolvidos. Evidenciam-nos quais são as fontes importantes para o trabalho historiográfico e como a relação do objeto com o contexto social e político da época é fundamental para que possamos entender o ensino de uma maneira ampla. Contudo, conforme os trabalhos dos autores fazem-se importante, neste ponto, delimitarmos o conteúdo a ser pesquisado dentro da Educação Matemática e o período, para que assim possamos trazer contribuições significativas que nos permitam preencher as lacunas do conhecimento histórico nesta área, ou seja, que respondam questões que ainda não possuem respostas. Com este propósito, dirigimos o nosso enfoque para uma disciplina, dentro do ensino secundário no contexto Alagoano. Neste sentido, Chervel (1990) observa que as pesquisas sobre a história do ensino já existem há um tempo, no entanto, pesquisas sobre a história da própria disciplina do pesquisador em educação eram raramente desenvolvidas. Refletindo sobre os escritos de Chervel, Bittencourt (2005, p. 40) afirma que é “fundamental conhecer a história das disciplinas para identificar os pressupostos que possibilitam entender os liames e as diferenças entre uma disciplina escolar e as ciências de referência, uma vez que cada disciplina possui uma história”. Apesar disso, há pouco tempo os professores têm buscado compreender os problemas cotidianos de sua disciplina. Para isso, é fundamental recorrer a um tipo de pesquisa mais amplo do que apenas exercícios pontuais, propondo-se a entender os elementos que compõem a disciplina objeto da pesquisa, estudando os conteúdos

que nela se desenvolveram naquela época. Ainda afirmam que, para este fim, o historiador deve explorar programas oficiais, leis, relatórios presidenciais, livros, regimentos internos dos estabelecimentos pesquisados e, até mesmo, buscar em cadernos de planejamento de professores e de uso de alunos, os quais possam contribuir com a história da disciplina pesquisada e responder a indagação que nos leva a desenvolver o trabalho.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo trata-se de uma pesquisa em andamento a partir de 2015, uma vez que foi selecionada para o Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação PPGE, da UFAL. Buscará, mesmo com os percalços de um trabalho dessa natureza, suprir uma das lacunas relativas à incipiência de estudos sobre o ensino das matemáticas no Liceu Alagoano nas décadas de 1930-1970: o currículo e seus agentes. Especificamente, nossa pesquisa postula trazer em seu contexto aspectos importantes que contribuam de maneira significativa para a história dessa disciplina. E ainda levantar dados para a análise de um processo de contribuição na reconstituição da História do Ensino da Matemática em Alagoas, especificamente no Liceu Alagoano, uma vez que não se encontra de forma organizada e histórica dados relevantes e oficiais sobre esta temática que contribua na formação dos nossos estudantes na área da Educação Matemática. Para tal, buscaremos analisar as propostas de formação construídas ao longo do tempo e que incorreram no Projeto Pedagógico do Liceu, seu Estatuto, e o Regimento.

Assim, partiremos de duas idéias básicas: a primeira, que a realidade em todas as épocas tem suas complexidades, e deve ser estudada a partir da seleção de um dos seus aspectos. Quanto à segunda, que em sua constituição a contradição lhe é imanente. A partir daí procederemos a uma comparação entre a(s) proposta(s) presente(s) no campo teórico nas discussões, documentos e outros meios nos quais estejam presentes aspectos reflexivos de modificação pedagógica, com os aspectos relacionados à própria implementação da mudança, os quais serão obtidos a partir das falas dos sujeitos, entendendo que o processo de investigação deve resgatar “a voz dos atores”, assim como produções escritas na forma de documentos oficiais ou

não oficiais relacionados ao nosso objeto. Esse é o cerne do processo de investigação em nosso entendimento: captar o sentido da ação educativa que se relaciona à forma como as instituições e a educação faz a gestão dos conhecimentos socialmente produzidos e que devem ser transmitidos aos estudantes (saberes disciplinares). Apresentam-se, concretamente, sob a forma de programas escolares (objetivos, conteúdos, métodos) que os professores devem aprender e aplicar.

De outro modo, defendemos uma concepção de que as fontes selecionadas vão contribuir na montagem de possíveis explicações para refutar ou confirmar hipóteses levantadas em nosso trabalho. Sabendo que a seleção das fontes depende de algumas questões presentes no ponto de partida do pesquisador, e assim privilegiaremos tanto o documento oficial quanto as falas dos sujeitos que estiveram presentes no processo em estudo, orientadas, inicialmente³ por uma perspectiva operacional.

É importante assinalar que nossa concepção de fonte pauta-se no fato de que esta não fala por si só, mas que nos possibilita, num diálogo, construir caminhos nem sempre precisos, no sentido de que não serão demarcados por bases teóricas antecedentes que lhes serviriam de amarras. Confirmamos que da perspectiva teórica à qual nos filiamos nossa concepção de História não possibilita um entendimento de que esta seria conduzida por um devir externo, mas se faz na construção cotidiana de atores sociais. Por fim, nossa pesquisa estabelece para os participantes (entrevistados) um risco mínimo quanto a sua integridade física e mental, tendo em vista que sua proposta não se coloca como invasiva nos planos físicos e psicológicos, não se propondo a invasão ou exposição da intimidade deles. O risco mínimo coloca-se na possibilidade de lembranças indesejadas e desconfortos provenientes delas. De nosso ponto de vista, em surgindo tais desconfortos, estes serão imediatamente enfrentados para que não se prolonguem ou venham a trazer quaisquer riscos ao entrevistado.

REFERÊNCIAS

³Entendendo que o campo de estudo proporciona uma diversidade de fontes, estas poderão se modificar ao longo do contato entre elas e o pesquisador.

ALAGOAS. Estatuto da Congregação do Lyceu da Província das Alagoas. Leis das Alagoas: 1843 a 1850. Maceio: Typ. de A. J. da Costa, 1871.

ALAGOAS. Falla dirigida á Assembléia Legislativa da Província das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinária da septima legislatura pelo Exmo. Presidente da mesma Província, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello, em 1º de junho de 1848. Pernambuco, Typ. de Santos & Companhia, 1848.

_____ Lei Provincial nº 106, de 5 de maio de 1849.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramento, 1976.

BARBOSA, Virgínia. Liceu Alagoano. **DELIBERAÇÃO, Presidência Nº 12 de 23 de Janeiro de 1864. Lei nº 370 de 04 de julho de 1861**. Pesquisa Escolar, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 24 set. 2012.

BARBOSA, Virgínia. Liceu Alagoano. **Resolução, Provincial nº 395, de 16 de novembro de 1863**. Pesquisa Escolar, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Disponível <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 24 set. 2012.

BITTENCOURT, C. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

CHARTIER, R. **A história cultural** - entre práticas e representações. Lisboa: Editora Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n. 2, p. 177- 229, 1990.

COSTA, Craveiro. **Instrução Pública e instituições culturais de Alagoas**. Monografia escrita por Solicitação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Maceió: Imprensa Oficial, 1931.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

DUARTE, Abelardo. **História do Liceu Alagoano**. Lei Nº 370 de 04 de julho de 1861. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1961.

_____. **Acréscimos e retificações à “história do Liceu Alagoano”**. Maceió: Imprensa Oficial, 1963.

FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da Província das Alagoas na abertura da segunda sessão da VIII legislatura, pelo em. Presidente da mesma Província, o conselheiro Dr. José Bento da Cunha Figueiredo, em 25 de abril de 1851. Maceió, Typ. de J. S. da S. Maia, 1851.

H AidAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Império brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 1972.

MIGUEL, Antônio. **Três estudos sobre história e educação matemática**. São Paulo, 1993, 346 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP.

SANTOS, Ivanildo Gomes dos. **O saber histórico escolar no Liceu Alagoano: o ensino de história do Brasil configurado nas teses do Cônego Valente**. Maceió, 2012. 156 f. (Dissertação Mestrado em Educação). PPGE/CEDU/UFAL.

SANTOS, Mônica Costa. **Missionário de letras e virtudes: a pedagogia moral dos franciscanos em Alagoas nos séculos XVIII e XIX**. Maceió, 2007. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). PPGE/CEDU/ UFAL.

SILVA, Geraldo Bastos. **Introdução à crítica do ensino secundário**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Companhia de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, 1959.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores universitários. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: Anped. Jan/fev/mar/abr. p.5-24, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática**. IM – Instituto de Matemática – UFAL, 2001.

VALENTE, Wagner Rodrigues. Livro didático e Educação Matemática: uma história inseparável. **Zetetiké**, v.16, n.30, 2008, p. 139-162.

VALENTE, Wagner Rodrigues. Uma história da matemática escolar no Brasil: 1730-1930. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1999.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias**. 4.ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

ZUIN, Elenice de Souza Lodron. **Livros didáticos como fontes para a escrita da história da matemática escolar**. Guarapuava: SBHMat, 2007.